



Senado votará intervenção no RJ com rapidez, afirma Eunício

Presidente do Senado poderá convocar sessão extraordinária para analisar decreto de Temer sobre ação federal na segurança pública do estado

A intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro será votada com a maior celeridade possível, garantiu o presidente do Senado, Eunício Oliveira. A expectativa é que o decreto, assinado pelo presidente Michel Temer na sexta, seja votado hoje pelos deputados e, conforme Eunício, entre na pauta do Senado assim que chegar da Câmara dos Deputados. Segundo ele, poderá ser convocada sessão extraordinária para a votação.

O objetivo da intervenção, que segundo o de-

creto deve durar até 31 de dezembro, é “pôr termo a grave comprometimento da ordem pública no Rio de Janeiro”. Eunício considera a medida necessária.

A votação do decreto restringe o calendário do Congresso. Emendas à Constituição não podem ser aprovadas durante a decretação de estados de sítio, de defesa ou de intervenção federal. Essa restrição atinge, por exemplo, a discussão da reforma da Previdência. No Plenário, o decreto foi criticado pelas senadoras Gleisi Hoffmann e Ana Amélia. **3**



Jonas Pereira/Agência Senado

Eunício diz que intervenção no Rio é necessária e que Senado vai priorizar a votação de projetos para a segurança pública

Plenário vota projeto que extingue atenuante de pena para jovens

O Plenário pode votar amanhã cinco itens, três deles referentes à área de segurança pública. Os dois primeiros são projetos que mudam o Código Penal: um extingue a atenuante de pena para jovens entre 18 e 21 anos e o outro agrava

a pena para crimes cometidos em tocaia perto de residências ou escolas. O terceiro item é uma proposta de emenda à Constituição que proíbe o contingenciamento de recursos destinados ao Fundo Nacional de Segurança Pública.

Além das proposições na área de segurança, os senadores podem votar um projeto que contribui para a desburocratização, tornando a verificação de regularidade do contribuinte mais objetiva e simples. **4**

Proposta cria polícia específica para fronteiras **2**

Comissão debate hoje reforma da Previdência **4**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Magno Malta preside CPI, que retomará os trabalhos amanhã

CPI deverá realizar campanha para crianças e jovens

Amanhã a CPI que investiga maus-tratos a crianças e adolescentes iniciará os trabalhos do ano analisando um convite para que três profissionais atuem como consultores da comissão. Também em pauta, a proposta de realização de uma campanha educativa em parceria com a Secretaria de Comunicação do Senado, voltada para crianças e adolescentes, de combate à violência. **4**

Sessão especial comemora 260 anos da capital do Amapá

Os senadores comemoram em sessão especial hoje, às 11h, os 260 anos de Macapá. Segundo Randolfe Rodrigues, autor do pedido para

realização da homenagem, a cidade desempenhou um papel importante na consolidação da fronteira brasileira na Região Norte. **2**



Governo do Amapá

Fortaleza erguida em Macapá no século 18 para defender a fronteira

Projeto prevê informações mais claras em ofertas de telefonia

A Comissão de Ciência e Tecnologia pode votar amanhã projeto que obriga as telefônicas a informar preços e condições de serviços de

forma mais clara ao consumidor. A ideia é facilitar ao cliente a comparação da oferta com outras opções do mercado. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Romero Jucá diz que Roraima não tem condições de abrigar tantos imigrantes

Jucá: MP garantirá recursos para venezuelanos em Roraima

O líder do governo no Senado, Romero Jucá, informou que uma medida provisória e dois decretos assinados por Michel Temer na quinta-feira vão ajudar a dar

assistência aos venezuelanos que migraram para Roraima. Pela gravidade da situação, disse Jucá, Temer garantiu que não faltarão recursos para as ações. **2**

Dívidas com Funrural em debate amanhã **3**

Políticas para ciclistas são tema de audiência **4**

Proposta cria Polícia Nacional de Fronteiras

Se a proposta de emenda à Constituição for aprovada, a nova corporação substituirá a Polícia Federal na tarefa de proteger as fronteiras marítimas e terrestres e impedir a entrada de drogas e armas

UMA PROPOSTA DE Emenda à Constituição apresentada no início deste mês cria a Polícia Nacional de Fronteiras. A PEC 3/2018 inclui a nova corporação no capítulo da Constituição sobre segurança pública, ao lado das polícias federal, rodoviária, ferroviária, civil, militar e do corpo de bombeiros.

A PEC, de Wilder Morais (PP-GO), tira da Polícia Federal a atribuição constitucional de “exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras”. Ao mesmo tempo, atribui à nova força policial o exercício dessas funções e determina que a Polícia de Fronteiras trabalhe em colaboração com todas as outras polícias já existentes e com “a administração fazendária e as Forças Armadas”.

A proposta aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Wilder afirma, na justificativa de sua PEC, que os crimes transfronteiriços estão “na raiz do caos que assola a segurança pública brasileira e deman-



Marcos Oliveira/Agência Senado - 13/12/2017

Para Wilder Morais, é preciso barrar tráfico de droga e arma pela fronteira

dam uma resposta forte”.

O senador destaca que o Brasil tem mais de 16 mil quilômetros de fronteiras terrestres e outros 7 mil de costa marítima, o que torna difícil vigiar e impedir a entrada de drogas e armas.

Vizinhos

O senador também afirma que o Brasil tem fronteiras com três dos maiores produtores de cocaína do mundo: Colômbia, Peru e Bolívia. E, segundo ele, a fronteira com o Paraguai é historicamente usada para

contrabando de todo tipo.

“Entendemos que essa força policial especializada, recrutada entre cidadãos com vocação para viver e atuar na região de fronteira, com treinamento específico e estruturada em carreira única, representará uma medida de fundamental importância para vencermos a guerra contra o tráfico de drogas e armas, além de contribuir para a preservação da soberania do território brasileiro e das nossas riquezas naturais”, justifica Wilder.

Jucá diz que MP garantirá recursos para venezuelanos

A medida provisória sobre a assistência emergencial aos venezuelanos que migraram para Roraima e dois decretos assinados na quinta-feira pelo presidente Michel Temer foram a solução encontrada pelo Executivo para enfrentar a situação precária em que se encontram os refugiados, explicou o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR).

Um dos decretos reconhece a “situação de vulnerabilidade” decorrente do fluxo migratório para Roraima. O outro define as competências do Comitê Federal de Assistência Emergencial.

Segundo Jucá, ao estabelecer o estado de emergência social, será possível criar um grupo de trabalho para dar apoio aos

milhares de venezuelanos que vieram para o Brasil fugindo da crise humanitária em seu país.

— O presidente Temer anunciou que não faltarão recursos para fazer essa ação, pela gravidade da situação.

O senador estima que haja entre 40 mil e 70 mil venezuelanos em Boa Vista, o que representa mais de 15% da população local. Jucá disse que Roraima não tem condições de receber os imigrantes e que muitos deles ficam nas ruas da cidade.

Assistência

A MP prevê medidas assistenciais de emergência para proteção social, atenção à saúde, educação, formação pro-

fissional, garantia dos direitos humanos, oferta de infraestrutura e saneamento, segurança pública e fortalecimento do controle de fronteiras. Prevê ainda o apoio à interiorização, para atender os venezuelanos que quiserem se estabelecer em outro ponto do Brasil.

A situação dos venezuelanos em Roraima foi criticada pelos outros senadores do estado. Ângela Portela (PDT) alertou para um crescente caos nos serviços públicos em Boa Vista.

Para Telmário Mota (PTB), por causa da demora do governo para tomar essas medidas, Roraima tem “um exército de pessoas que fogem da fome e ocupam sinais de trânsito, ruas, escolas e hospitais”.

Sessão especial no Plenário hoje comemora os 260 anos de Macapá

Os 260 anos de Macapá, capital do Amapá, serão lembrados hoje em uma sessão especial no Plenário do Senado às 11h.

O pedido de realização da sessão é do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Segundo ele, a cidade merece a homenagem por causa da sua história e pela contribuição para consolidar as

fronteiras do Norte do Brasil.

O aniversário de Macapá é comemorado em 4 de fevereiro, data em que o povoado da região foi chamado de Vila de São José de Macapá, em 1738. Um dos marcos da história do município foi a presença militar no território durante a época do Brasil Colônia, em função da defesa e da consolidação das fronteiras.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

CDH Ciclistas e pedestres

9h Audiência sobre políticas públicas de segurança para ciclistas e pedestres.

SESSÃO ESPECIAL Macapá

11h Sessão comemora o 260º aniversário da capital do Amapá.

CDH Reforma da Previdência

14h Audiência para debater a reforma da Previdência e estratégias de resistência.

PLENÁRIO Debates

14h Sessão não deliberativa, para discursos de senadores e avisos da Mesa.

TERÇA

CI Privatizações

9h A comissão faz audiência para avaliar plano de privatizações do governo.

CAE Justiça Eleitoral de São Paulo

10h Na pauta de 8 itens, projeto que cria cargos no TRE-SP. Em seguida, análise do relatório de avaliação de política pública.

CDH Devedores da Previdência

10h Audiência para debater a situação de aposentados, o prejuízo dos devedores da Previdência Social e a reforma.

CRA Dívidas de produtores rurais

11h Debate sobre dívidas de produtores com o Funrural.

CE Aprendizizes

11h30 Entre os 18 itens na pauta, projeto que trata da prioridade a vítimas de trabalho infantil em vagas para aprendizizes.

CMA Exploração de minério

11h30 Na pauta, pena mais alta para exploração irregular de recursos minerais.

QUARTA

CCT Fundo científico

14h30 Análise de projeto que destina recursos de loterias para fundo científico.

CPI DO BNDES Relatório

14h30 Apresentação do relatório final.

CPI DOS MAUS-TRATOS Requerimentos

14h30 Votação de requerimentos.

CONGRESSO Vetos presidenciais

15h Sessão conjunta para a apreciação de três vetos e do PLN 1/2018, sobre abertura de crédito especial.

CAS Programa Mais Médicos

9h Exame de pauta com 12 itens. Depois, votação do relatório sobre o Mais Médicos.

CDR Zona Franca Verde

9h Na pauta, projeto que amplia benefícios tributários à Zona Franca Verde.

CTFC Informação ao consumidor

9h30 A comissão analisa projeto que prevê comunicação prévia ao consumidor sobre aumento de preço de serviços.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER Reunião

14h30 Votação de requerimentos.

REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL STJ

14h30 Audiência interativa com a participação do ministro do STJ João Otávio de Noronha.

GRUPO BRASIL-ARGENTINA Metrologia

14h30 O grupo debate a criação de organismo bilateral de metrologia.

CSE Violência urbana

17h Audiência sobre fechamento de ruas ou condomínios por causa de violência.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• **Alô Senado**: 0800 612211

• **Acompanhe**: Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• **Facebook**: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter**: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• **TV**: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira

Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima

Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza

Primeiro-secretário: José Pimentel

Segundo-secretário: Gladson Cameli

Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares

Quarto-secretário: Zeze Perrella

Suplentes de secretário:

Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão

Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria

Coordenador-geral: Sílvio Burl

Coordenação de Cobertura: Paola Lima

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Sá

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senado votará com rapidez intervenção no Rio

Eunício afirmou que poderá convocar sessão extraordinária na Casa para votar medida. Decreto assinado na sexta-feira por Temer precisa do aval de deputados e senadores

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, afirmou que o decreto de intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro, assinado na sexta-feira pelo presidente da República, Michel Temer, será votado com a maior rapidez possível.

— O Senado votará o texto assim que ele chegar da Câmara. Poderá até ser convocada uma sessão extraordinária para esse fim — disse.

A expectativa é que o decreto seja votado ainda hoje na Câmara.

Eunício se mostrou favorável à intervenção e afirmou que o governador do Rio, Luiz Fernando Pezão, apoia o decreto.

— Essa intervenção é necessária — declarou.

Segundo o senador, a decisão foi tomada em uma reunião de emergência da qual participaram, além dele próprio e de Temer, ministros de Estado e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

O objetivo da intervenção, que deve durar até 31 de dezembro, é “pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública no Rio de Janeiro”. O responsável pela ação será o general Walter Souza Braga Netto, do Comando Militar do Leste.

Restrição

A votação do decreto restringe o calendário do Congresso. Isso porque a Constituição não pode ser emendada durante estados de sítio, defesa ou intervenção federal. Tal restrição afeta, por exemplo, a discussão

da proposta de reforma da Previdência (PEC 287/2016), que está na Câmara.

Eunício garantiu que outros projetos seguirão o curso normal de tramitação, em especial os que tratam de segurança pública.

— Aquilo que não for PEC vai ser votado, conforme o compromisso assumido na abertura do ano legislativo. A sociedade está aflita em relação à segurança pública. Algo precisa ser feito.

Maioria simples

O presidente do Senado lembrou que o governo poderá revogar o decreto de intervenção a qualquer momento, sem a necessidade de votação no Congresso. Se o governo decidir por uma nova intervenção, porém, o novo decreto terá de passar pelo crivo de deputados e senadores. Essa quebra na intervenção foi aventada pelo próprio presidente Temer como forma de permitir a votação de PECs, em especial a da reforma da Previdência.

A tramitação do decreto na Câmara e no Senado ocorrerá em regime de urgência, sem a necessidade de votação em comissões. Para ser aprovado, a exigência é de maioria simples — basta a anuência da maioria dos presentes. A votação poderá ocorrer de forma simbólica.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que o Congresso está sintonizado com as necessidades do país e vai tomar um posicionamento favorável em relação às ações



Militares na favela da Rocinha: intervenção restringe o calendário do Congresso, impedindo votação de PECs

que, segundo ele, precisam ser empreendidas.

A possibilidade de uma ação do governo federal no Rio de Janeiro já havia sido sugerida no fim do ano passado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Na ocasião, a CCJ aprovou o relatório de avaliação de políticas públicas de Wilder Moraes (PP-GO), defendendo a decretação de estado de defesa.

Segundo Wilder, a democracia está em risco quando a criminalidade organizada supera o Estado e passa a deter o monopólio da força sobre determinado território. Em relação ao Rio, ele afirmou não haver mais tempo para soluções intermediárias e defendeu uma resposta enérgica amparada na Constituição.

Gleisi critica decisão e pede mais investimentos

A intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro foi criticada por Gleisi Hoffmann (PT-PR), que atribuiu parte da crise de segurança à falta de investimentos e pediu a revogação da Emenda Constitucional 95, que, segundo ela, cortou 50% dos recursos para segurança, ou R\$ 2,9 bilhões.

— O país está no caos. É caos na segurança, nos investimentos, na educação. E isso é responsabilidade dos que ajudaram a aprovar a EC 95 — disse, ao defender investimentos em políticas sociais, trabalho, renda, cultura e lazer.



Pedro França/Agência Senado

Ana Amélia afirma que ação impacta Congresso

Segundo Ana Amélia (PP-RS), a intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro tem impacto no âmbito institucional e político e também na atividade legislativa, já que o Congresso fica impossibilitado de analisar alterações constitucionais, como a reforma da Previdência. Para a senadora, o problema deve ser combatido com gestão.

— O Rio precisa de um olhar diferente, e não necessariamente de uma intervenção, que considero desnecessária também devido à crise financeira federal.



Pedro França/Agência Senado

Comissão de Agricultura debaterá dívida de produtor com Funrural

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) faz audiência amanhã, às 11h, para discutir as alíquotas definidas para o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) e a carga tributária incidente no setor.

Será debatido também o veto à lei que cria o Programa de Regularização Tributária Rural (Lei 13.606/2018). O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, é um dos convidados. Também devem comparecer a deputada Tereza Cristina (DEM-MS) e representantes de produtores rurais, do Ministério da Agricultura e da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA).

A audiência foi requerida pelo presidente da CRA, Ivo Cassol (PP-RO).

Projeto obriga telefônicas a oferecer informações mais claras

As prestadoras de serviços de telecomunicações poderão ser obrigadas a apresentar informações técnicas e de preços em um formato que favoreça a compreensão pelo usuário. A medida consta do PLS 662/2011, que está na pauta de amanhã da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

O projeto, apresentado por Ângela Portela (PDT-RR), altera a Lei Geral de Telecomunicações e delega à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) a competência de classificar e organizar a oferta dos planos e preços dos serviços para facilitar a compreensão, a comparação e a seleção do produto mais adequado a cada usuário.

A proposta também caracteriza como condutas prejudiciais à concorrência a omissão de informações técnicas ou sobre preços e a oferta de serviços em formato que dificulte a comparação

com outras opções. O texto atribui à Anatel a missão de, frente a solicitação de entidade de defesa do consumidor, recomendar às empresas do setor medidas para aperfeiçoar a organização e a apresentação das informações ao usuário.

Emendas

Antes de passar pela CCT, o projeto foi aprovado com duas emendas pela Comissão de Transparência, Governan-

ça, Fiscalização e Controle (CTFC).

Para o relator na CCT, Paulo Rocha (PT-PA), as emendas da CTFC alteraram substancialmente o teor da proposta.

“Aquele colegiado entendeu que dotar a Anatel da atribuição de classificar e organizar a oferta de planos e preços dos serviços prestados em regime privado inibiria a inovação e a criatividade das empresas na comercialização de seus

produtos”, explicou o senador no parecer.

Por divergir do voto da CTFC, Rocha decidiu resgatar o texto original do projeto e apresentar apenas uma emenda de redação. Segundo ele, a intenção do projeto é organizar as informações disponibilizadas pelas empresas de telefonia celular e banda larga móvel, de banda larga fixa e de TV paga na oferta dos serviços.

O objetivo final é dar ao usuário condições de comparar preços e serviços, orientando melhor a escolha.

“Não vislumbramos que os mandamentos previstos pelo PLS 662/2011 causem qualquer embaraço às inovações nos planos comerciais das empresas de telecomunicações”, ressaltou Rocha.

Se for aprovado, o projeto seguirá para a Câmara caso não haja recurso para votação pelo Plenário do Senado.



Ângela é a autora do projeto, que busca facilitar comparação de preços

Edilson Rodrigues/Agência Senado - 13/9/2017

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Segurança pública domina a pauta do Plenário

Um dos projetos extingue a atenuante de pena para jovens entre 18 e 21 anos. Outra proposta proíbe o contingenciamento de recursos destinados ao Fundo Nacional de Segurança Pública

A PAUTA DA sessão deliberativa do Plenário marcada para amanhã conta com cinco itens. Projetos relativos à segurança pública continuam a dominar a ordem do dia. Dos cinco textos, três tratam da questão.

Entre os projetos, dois inserem mudanças no Código Penal. O primeiro deles, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 140/2017, do deputado Rubi-nelli (PT-SP), extingue a atenuante de pena para jovens entre 18 e 21 anos. O texto determina que as regras de atenuante genérica e de contagem do prazo prescricional pela metade deverão ser retiradas da lei, não mais beneficiando os jovens que cometeram crimes já na maioridade.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 469/2015, do senador Raimundo Lira (PMDB-PB), agrava a pena para crimes cometidos próximo a residências ou escolas em situação de to-

caia. Nos casos de homicídio, sequestro e cárcere privado, o texto sugere que essas circunstâncias caracterizem a hipótese de crime qualificado. Se a ação resultar em lesão corporal grave ou seguida de morte, o delito aumentaria a pena do agressor.

Orçamento

Além de mudar a legislação penal, os senadores pretendem alterar o texto constitucional. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 118/2011 proíbe o contingenciamento de recursos destinados ao Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). Criado em 2001, o fundo é formado por dotações orçamentárias, doações e subvenções de entidades públicas ou privadas. O autor da PEC, o ex-senador e atual governador de Mato Grosso, Pedro Taques, usou como exemplo o ano de 2010, em que apenas 51% do



Pedro Franco/Agência Senado - 12/7/2017

Senadores votarão projetos de segurança e texto que simplifica a verificação de regularidade do contribuinte

fundo foram efetivamente executados.

Há ainda na pauta uma proposta que contribui para a desburocratização, elaborada pelo Grupo de Trabalho de Reformas Microeconômicas, formado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Trata-se do PLS 477/2017 — Complementar, que torna a verificação de regularidade do contribuinte mais objetiva e simples.

Pelo texto, devem ser levados em consideração pelo fisco apenas os fatos existentes na data do pedido de emissão de

certidão negativa. Além disso, torna a certidão negativa válida por seis meses, desde a data de sua emissão.

O último item em pauta é o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 2/2018, que aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2017.

Senado debate proposta de reforma da Previdência

A situação da seguridade social e a proposta de reforma da Previdência (PEC 287/2016), que neste momento está em estudo na Câmara dos Deputados, serão discutidas hoje, às 14h, em uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O debate faz parte do ciclo de audiências sobre as conclusões da CPI da Previdência, que encerrou as atividades no fim de 2017.

O pedido de realização do debate é do vice-presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS), que também presidiu a CPI.

De acordo com ele, a intenção é debater “a Previdência Social que queremos”, con-

siderando o contexto social brasileiro.

A audiência também deverá abordar ações estratégicas e formas de resistência à reforma, como as que ocorreram na Argentina no ano passado.

Em dezembro, alterações no sistema previdenciário argentino foram aprovadas sob forte protesto da população, que fez um greve geral por 24 horas e painéis em Buenos Aires.

Convidados

Para debater o assunto, foram convidados o presidente da Confederação Latino-Americana de Trabalhadores Estaduais, Julio Durval Fuentes, o presidente

da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Floriano Martins de Sá Neto, o presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Municipal (Fenafisco), Charles Alcântara, e o presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, João Domingos.

Representantes de centrais sindicais e de movimentos sociais também devem comparecer à reunião.

A audiência pública terá caráter interativo, com possibilidade de participação popular pelo Portal e-Cidadania e pelo Alô Senado.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Política de segurança para ciclista e pedestre é tema de audiência

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) faz hoje, às 9h, uma audiência sobre as políticas públicas de segurança no trânsito e de mobilidade urbana. O pedido do debate é do vice-presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS).

A discussão terá como foco as políticas públicas de segurança no trânsito direcionadas a pedestres e ciclistas. De acordo com Paim, a audiência é uma sugestão da ONG Rodas da Paz, que desde 2003 promove a mobilidade sustentável.

Para participar da audiência, foram convidados o coordenador-geral da ONG Rodas da Paz, Bruno Mei-

reles Leite, o coordenador de Incidência Legislativa da União dos Ciclistas do Brasil, Milvo Rossarola, o professor da Universidade de Brasília (UnB) Paulo César, o diretor do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) Maurício José Pereira e a representante da Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, Martha Martorelli.

A discussão será interativa, com a possibilidade de participação popular. Quem tiver interesse em participar poderá enviar perguntas por telefone e pela internet.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

CPI dos Maus-Tratos retoma trabalhos com reunião amanhã

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga maus-tratos a crianças e adolescentes no país iniciará os trabalhos de 2018 amanhã, com votação de requerimentos. A reunião está marcada para as 14h30.

A CPI dos Maus-Tratos deve deliberar sobre o convite para que três profissionais atuem como consultores do colegiado e sobre a realização de uma campanha educativa de combate à violência contra crianças e adolescentes.

Os seis requerimentos em pauta são do presidente da comissão, senador Magno Malta (PR-ES). Três deles se referem ao convite para que os profissionais trabalhem com a CPI: o coordenador do Programa Infância Protegida, Washington de Sá; a pe-

dagoga Aloma Felizardo, doutoranda em psicologia social e autora de livros sobre bullying virtual; e Rosângela Costa Reis, colaboradora na produção de material didático sobre o assunto.

Outro requerimento pede a realização de uma reunião emergencial com consultores, assessores e demais profissionais que estão auxiliando os trabalhos da CPI.

Segundo Malta, desde que o funcionamento da CPI foi prorrogado, no fim do ano passado, a comissão recebeu várias denúncias e documentos que precisam ser “analisados pela equipe técnica para os devidos encaminhamentos”.

A comissão deve votar ainda a realização de uma campanha educativa

destinada aos públicos infantil e adolescente com o objetivo de prevenir e combater a violência. Se aprovada, a campanha será feita em parceria com a Secretaria de Comunicação do Senado, com o auxílio da Agência, da TV e da Rádio Senado, que atuariam sob a orientação dos especialistas e consultores da CPI.

Cartilhas

Em dezembro, a CPI lançou cartilhas de prevenção ao suicídio, à automutilação, ao bullying e ao cyberbullying, destinadas ao público adulto.

O objetivo agora é direcionar a campanha aos públicos infantil e adolescente para conscientizá-los sobre esses temas.

Governos do PT aparelharam o Estado, critica Medeiros

“Nos governos do PT, órgãos e entidades estatais foram aparelhados de tal forma que causou o travamento do Brasil”, criticou José Medeiros (Pode-MT) em pronunciamento.

O senador responsabilizou a ex-presidente Dilma Rousseff por muitos dos problemas atuais do país.

— O PT foi aparelhando a academia, órgãos como o Ibama e a Funai. Foram criando uma mentalidade que trava o Brasil. No meu estado, Mato Grosso, as obras não saem, a BR-242 não sai. No último ano do governo Dilma, 87% dos programas sociais foram cortados por falta de dinheiro.



Pedro Franco/Agência Senado